

FEPICOP**Balço do ano de 2009 e expectativas para 2010**

1. Crise financeira mundial evidencia fragilidades da economia portuguesa

A crise financeira mundial, que se iniciou ainda em 2007 e se agravou durante 2008, teve fortes repercussões na esfera económica, conduzindo a acentuadas quebras dos níveis de confiança da generalidade dos agentes económicos (tendo sido mesmo atingidos, nalguns indicadores, mínimos históricos) e traduziu-se numa quebra significativa da produção mundial.

Evolução do PIB e da Taxa de Desemprego em Portugal e na Área Euro

	2005		2006		2007		2008		2009		Média 2002/2009	
	Pt	EA	Pt	EA	Pt	EA	Pt	EA	Pt	EA	Pt	EA
PIB (evol. Anual %)	0.9	1.7	1.4	3.0	1.9	2.8	0.0	0.6	-2.9	-4.0	0.5	1.3
Tx. Desemprego (%)	7.7	9.0	7.8	8.3	8.1	7.5	7.7	7.5	9.0	9.5	7.4	8.5

Fonte: Comissão Europeia

Nota: Pt – Portugal; EA – Área Euro

Em reacção a este clima de depressão foram adoptados, por diversos governos, pacotes de medidas anti-crise que se materializaram na expansão das despesas públicas e em apoios ao sector financeiro. Portugal não foi excepção, pese embora a dimensão relativa do esforço orçamental tenha ficado bem aquém dos seus congéneres europeus. De acordo com o Governo, as iniciativas tomadas visaram a promoção do investimento e do emprego.

Mesmo assim não foi possível evitar que o desemprego disparasse em 2009, sendo já quase inevitável que, no final do ano, a taxa de desemprego ultrapasse os 10%.

Deste modo e face às dificuldades sentidas, a economia portuguesa deverá ter registado, em 2009 e segundo o Banco de Portugal, uma variação negativa do seu produto, de cerca de 2,7%, a qual se segue à estagnação que já se havia verificado em 2008. Mas, importa também ter presente que a economia portuguesa debate-se com a sua própria crise, que já vem desde a recessão anterior, em 2002/2003, crescendo durante esta década, a uma média anual de 0,88%, quando a economia mundial registou o crescimento mais rápido de sempre, acima dos 5% ao ano, entre 2003 e 2007.

Em 2009, o investimento e as exportações deverão ser as componentes do PIB com pior desempenho, com o Banco de Portugal a avançar com quebras de 11,7%, em termos reais, no caso do Investimento e de 12,5%, no caso das exportações. No que concerne ao investimento, a parcela relativa à Construção terá registado uma diminuição acentuada (segundo as Contas Trimestrais do INE, disponíveis até Setembro de 2009, reduziu-se 12% em termos reais, durante os três primeiros trimestres do ano), o que não deixou de se reflectir de forma muito negativa a nível da economia em geral e do desemprego em particular, dado o importante efeito multiplicador sobre a restante economia que lhe é apontado pelos estudos conhecidos e que se traduz, nomeadamente em termos de emprego, num coeficiente de 3: isto é, por cada posto de trabalho criado no sector da construção são gerados 3 postos de trabalho no conjunto da economia.

Só em termos de consumo, quer privado, quer público, é que a evolução não terá sido tão desfavorável, com o Banco de Portugal a apontar para uma quebra de 0,9% no primeiro caso e um crescimento de 2,0%, no segundo.

Em particular e no que concerne ao de consumo privado, a redução muito acentuada das taxas de juro permitiu aliviar os encargos com os créditos assumidos pelas famílias, nomeadamente os associados à aquisição de habitação, o que possibilitou canalizar uma parte mais significativa dos rendimentos para o consumo ou para a poupança, realidade que não terá sido extensível, naturalmente, aos agregados afectados pelo desemprego crescente.

Paralelamente, também a variação negativa dos preços no consumidor contribuiu para conter uma mais forte retracção do consumo. Segundo o INE, a variação dos preços no consumidor relativa a Portugal, Total sem Habitação, foi de -1,0%, durante o ano de 2009.

É de assinalar que a quebra da actividade económica esteve na base de uma fortíssima redução das receitas fiscais (que caíram cerca de 14%) e conseqüentemente do forte agravamento do desequilíbrio das contas públicas, que se traduziu num défice público em redor dos 8,5% do PIB e num endividamento público próximo dos 80% do produto, facto que obrigou o Governo a apresentar um 2.º Orçamento Rectificativo, entretanto aprovado pela Assembleia da República em 11 de Dezembro p.p.

Finalmente, o nível de endividamento externo português continuou a aumentar, ultrapassando em termos líquidos os 100% do PIB, e constitui, reconhecidamente, um dos maiores constrangimentos ao crescimento económico no curto/médio prazo.

Evolução recente da Dívida Externa Líquida de Portugal

PERIODO	PIB Milhões euros	DÍVIDA LÍQUIDA EXTERNA DE PORTUGAL Milhões euros	DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA % DO PIB
2004	144.128	92.205,30	64,00%
2005	149.123	104.681,40	70,20%
2006	155.446	125.833,50	80,90%
2007	163.190	148.974,40	91,30%
2008	166.197	161.531,10	97,20%
2009 (*)	163.736	164.689,10	100,60%

(*) Dívida Externa Líquida em Março de 2009 segundo o Banco de Portugal; PIB: previsão para 2009 do Eurostat

Fonte: 2004-2008. Boletim Estatístico - Junho de 2009 - Banco de Portugal

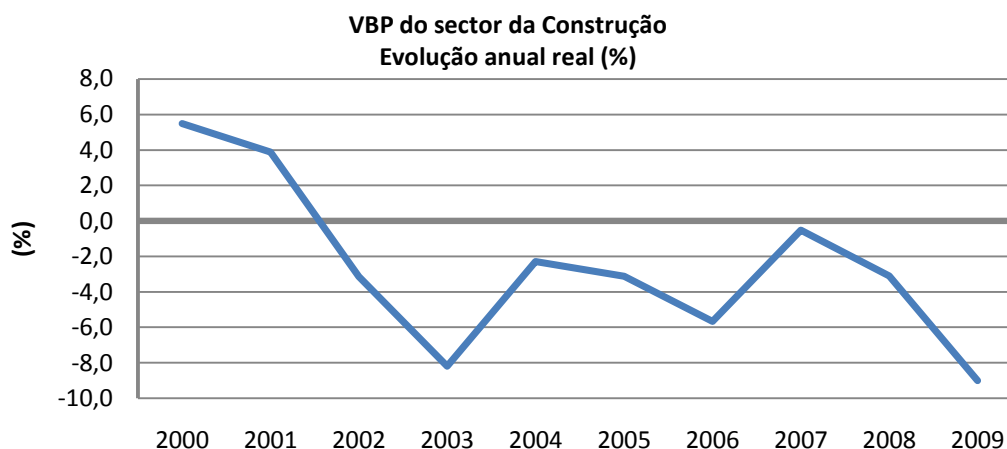
Retirado de um estudo de Eugénio Rosa sobre a dívida externa portuguesa

Ainda tendo como pano de fundo a recessão severa iniciada no final de 2008, do ponto de vista do tecido empresarial português, constata-se uma dificuldade acentuada dos negócios, nomeadamente ao nível das vendas, da rentabilidade e do acesso ao crédito para financiamento da actividade. Efectivamente apesar das garantias do Estado concedidas, para reduzir a tensão no mercado financeiro e reduzir as dificuldades de acesso ao crédito, os Bancos continuaram a dificultar a concessão de financiamento às empresas aumentando os spreads e exigindo garantias adicionais.

2. Forte quebra na produção do sector da Construção

Influenciado por um enquadramento económico profundamente desfavorável, o sector da Construção voltou a registar durante o ano de 2009 uma quebra na sua actividade, agravando-se, mesmo, a tendência negativa que esta vem descrevendo ao longo dos últimos 8 anos e que se traduz na pior crise que o Sector já conheceu nas últimas décadas.

De facto, a generalidade dos indicadores aponta para uma contracção do volume de produção da Construção em redor dos 9%, o que constitui o pior resultado observado no passado recente e o maior contributo anual para a redução de 30% sofrida pela produção do Sector da Construção em termos acumulados desde 2002.



Fonte: FEPICOP

Este severo abrandamento do ritmo de produção das empresas foi claramente reflectido pela avaliação dos empresários, através das suas respostas ao Inquérito Mensal à Actividade FEPICOP/UE. Analisando os resultados obtidos, verifica-se que as suas opiniões sobre o nível de actividade global das empresas do Sector resultaram num saldo anual de -30%, o mais desfavorável dos últimos 6 anos e o segundo pior de toda a série do Inquérito, iniciada em 1989.

A confirmar tal situação, também os valores apurados para a taxa média de utilização da capacidade produtiva instalada nas empresas e para a carteira de encomendas, medida em meses de produção assegurada, se mantiveram baixos (72,8% e 9,1 meses, respectivamente, em termos médios anuais, em 2009). No ano anterior, os resultados relativos às mesmas questões haviam sido de 75,7% e de 10,0 meses, respectivamente.

Também a corroborar o mau desempenho do sector da Construção, em 2009, é de destacar a quebra muito acentuada, em redor dos 15%, das vendas de cimento face a 2008, o que em termos acumulados, corresponde a uma quebra de cerca de 45% desde o ano 2000,

Esta evolução tão desfavorável tem tido consequências graves no tecido empresarial do Sector e repercussões muito fortes ao nível de emprego. Neste último caso e segundo os resultados do Inquérito ao Emprego do INE, é de sublinhar a redução de 8,8% no número de pessoas ao serviço no sector da Construção durante os três primeiros trimestres de 2009, diminuindo em mais de 49 mil o número de empregos deste Sector de actividade, face aos mesmos nove meses de 2008.

Em consequência, o número de desempregados oriundos da Construção disparou. Segundo os dados divulgados pelo IEF, enquanto o número total de desempregados inscritos nos centros de emprego cresceu, em Dezembro, 27% em termos homólogos, o número de desempregados oriundos da Construção disparou 56% no mesmo período, representando já 14,2% do total.

No que concerne às empresas, um dos aspectos mais relevantes e mais preocupantes está relacionado com a sua situação financeira.

De facto, quer a forte quebra verificada nas vendas, particularmente no caso do segmento residencial, quer os persistentes atrasos nos pagamentos feitos às empresas e as fortes dificuldades no acesso ao crédito bancário (transversal a todo o Sector), constituíram factores determinantes para um sério agravamento da situação financeira de uma grande maioria das empresas do Sector. Isso mesmo foi reflectido nas opiniões dos empresários, as quais, durante 2009, deram lugar ao resultado mais negativo de toda a série do Inquérito Mensal à Actividade na questão relativa à situação financeira das empresas.

3. Construção habitacional reduz-se drasticamente

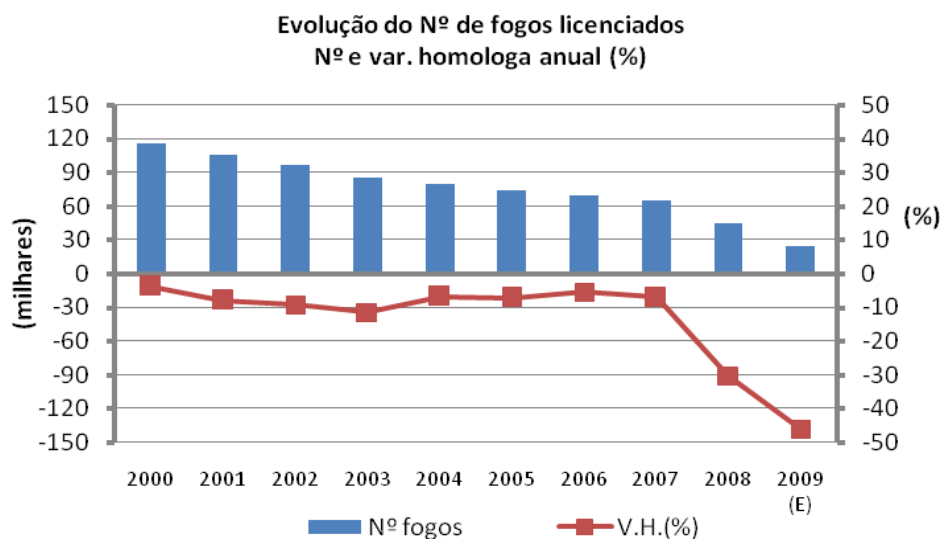
Em 2009, o segmento da construção de edifícios residenciais foi o mais afectado e o que deverá ter registado o maior recuo em termos de produção, dadas as características da crise económica e financeira que se abateu sobre o mundo em 2008 e que teve graves repercussões no nosso país.

Na realidade, o profundo abalo sofrido pelo sistema financeiro mundial, com a consequente contracção na concessão de crédito e a grave crise de confiança que se instalou, conduziram a um decréscimo ímpar nos níveis de procura de habitação, situação para a qual contribuiu, igualmente, a deterioração da situação económica de muitas famílias, particularmente das atingidas pelo desemprego.

Assim, a crise que já se fazia sentir, de forma grave, no mercado residencial, tomou proporções ainda maiores durante 2009 e terá conduzido a um abrandamento fortíssimo, na ordem dos 22%, nos níveis de produção das empresas que se dedicam a estes trabalhos. Com esta forte quebra, estima-se que se tenha atingido, no final de 2009, um nível de produção equivalente a apenas 48% daquele que se verificava em 2001, ano em que se deverá ter observado o auge da actividade deste segmento.

A corroborar esta grave situação, as opiniões expressas pelos empresários, através do Inquérito Mensal à Actividade e relativas à actividade do segmento residencial traduziram-se no pior resultado anual de toda a série do Inquérito (-46%) e bem distante do saldo médio obtido um ano antes (-29%).

De igual modo, o investimento novo em habitação, medido pelo respectivo licenciamento, deverá ter sofrido, em 2009, a maior quebra observada desde 1994 (ano em que o INE iniciou a disponibilização desta informação), já que o número de fogos novos licenciados, até Novembro, se situou nos 23,9 mil, o que representou uma quebra de 45% face ao período homólogo de 2008. Esta redução segue-se a 9 anos consecutivos de diminuição do número destas licenças, o qual ultrapassava as 119,3 mil em 2001.



Fonte: INE

Com uma evolução igualmente negativa e influenciada pela conjuntura económica adversa, a construção de edifícios não residenciais foi fortemente penalizada pelo andamento da sua componente privada, que deverá ter registado uma diminuição real da sua produção em cerca de 17% em 2009. Este segmento, à semelhança do habitacional, sofreu uma forte redução da procura que lhe é dirigida, conforme o demonstra a evolução do respectivo licenciamento verificada em 2009. De facto e até Setembro, a área total licenciada pelas Câmaras Municipais para construção de edifícios não residenciais reduziu-se 30%, com particular destaque nas áreas destinadas a transportes (-81%), a Turismo (-59%) e a Comércio (-43%).

Pelo contrário e em resultado da adopção, por parte do Executivo, de um pacote de medidas anti-crise, assistiu-se, em 2009, ao reforço do investimento público em alguns tipos de obras específicos, com destaque para o programa de reabilitação de edifícios escolares, a cargo da empresa Parque Escolar. Esse conjunto de medidas deverá ter induzido um aumento, que se estima ronde os +5,5%, no volume de trabalhos da componente pública do segmento de construção de edifícios não residenciais, ainda assim insuficiente para compensar a quebra verificada na parcela dos trabalhos privados.

A ilustrar o aumento dos trabalhos públicos em edifícios não residenciais, é de destacar o forte crescimento registado pelas adjudicações de concursos públicos nessa área: +125% em valor, durante 2009, mas após ter sido atingido um crescimento homólogo de 366%, em valor, até final de Agosto, pelo que este perfil de evolução parece claramente determinado pelo calendário eleitoral que vigorou em 2009, com as eleições autárquicas realizadas em Outubro a induzir, na primeira metade do ano, um extraordinário acréscimo no volume de pequenos trabalhos de grande visibilidade local.

Assim e uma vez que o peso dos investimentos privados é muito superior ao dos investimentos públicos, neste tipo de edifícios, a produção conjunta de edifícios não residenciais deverá ter registado, em 2009, uma quebra de cerca de 10,5%.

Por último, o volume dos trabalhos associados a obras de engenharia civil deverá ter registado um aumento ao longo de 2009, tal como o fazia prever o aumento superior a 50% do valor dos concursos públicos abertos ao longo do ano anterior. Também o arranque de alguns novos projectos, bem como o desenrolar de trabalhos iniciados em anos anteriores, nomeadamente na área das concessões rodoviárias, permitiram manter um nível positivo de actividade deste segmento.

A confirmá-lo, as opiniões dos empresários relativamente ao nível de actividade e à carteira de encomendas revelaram-se menos desfavoráveis em 2009 do que no ano precedente.

Em relação aos concursos de obras públicas, em 2009, verificou-se uma diminuição das promoções de 32,1% em valor e de 29,4% em número, face a 2008.

Quanto aos concursos adjudicados, em 2009, verifica-se uma subida de 4,3% em valor e uma descida de 2,5% em número, face ao ano transacto.

Deste modo, estima-se que a produção do segmento da engenharia civil tenha crescido cerca de 5% em 2009.

4. Perspectivas para 2010

Infelizmente, o ano de 2010 não se adivinha fácil para os agentes económicos portugueses.

Marcada por uma já muito baixa taxa de crescimento potencial, a progressão da economia está severamente limitada, entre outros factores, pelo elevadíssimo endividamento externo e pelo enorme peso da dívida pública no PIB.

Esta situação, embora não exclusiva de Portugal, deverá conduzir, com elevado grau de probabilidade, à continuação da deterioração das condições de acesso ao crédito, quer no que concerne ao preço (juros), quer no que concerne ao volume de financiamento, que deverá ser sentida por todos os agentes económicos e muito em especial pelas empresas e pelos particulares.

Ainda assim, segundo o Banco de Portugal, o PIB português poderá registar uma ténue recuperação em 2010, de +0,7%, mas registando de novo um crescimento inferior ao da zona Euro, que deverá apresentar uma evolução de +0,8%.

O desemprego será certamente um dos mais graves problemas com que Portugal terá de lidar, já que se espera um avolumar do número de desempregados, o qual, em Setembro de 2009, ultrapassava já as 547 mil pessoas.

Também as perspectivas de evolução da produção da Construção voltam a ser preocupantes, antecipando-se mesmo um agravamento da actual situação difícil que o Sector atravessa.

Desde logo, as opiniões expressas pelos empresários, através do Inquérito Mensal à Actividade FEPICOP/Comissão Europeia, reflectem um pessimismo acentuado relativamente à evolução da produção das empresas de construção (Saldo médio de -10% ao longo do ano, face a -6% apurados em 2008). Também em termos globais, a previsão avançada pela Comissão Europeia, no seu boletim de Outono, aponta para uma nova quebra, em 2010, no investimento em Construção, de 3,7% em termos reais.

Tal como se tem verificado nos últimos anos, é do segmento residencial que se espera o desempenho mais desfavorável dado o conjunto de factores negativos que o afectam. Na verdade, a procura dirigida a este segmento encontra-se a um nível muito reduzido, devido, por um lado, à forte deterioração das condições económicas das famílias e, por outro, às fortes restrições impostas pelos bancos na concessão de novos créditos à aquisição de habitação. Infelizmente, ao não se prever para breve o atenuar destas restrições, não é possível antecipar uma sensível recuperação da procura nos meses que se aproximam.

Em termos de oferta, as condicionantes são igualmente significativas, ou seja, a redução de cerca de 45% no número de fogos licenciados durante 2009 e o actual excesso de oferta de fogos que se observa no mercado residencial, quer novos, quer usados, não permite antever, no futuro próximo, um andamento menos desfavorável do que o registado em 2009. Por outro lado e embora o potencial desse mercado seja enorme, não se antevê uma alteração significativa no volume de trabalhos de reabilitação, a não ser que sejam finalmente tomadas as medidas necessárias para concretizar a redinamização

do mercado de arrendamento e assumida a requalificação e reabilitação urbana como verdadeira prioridade nacional.

Assim, antecipa-se para 2010 uma nova quebra do volume de produção do segmento habitacional, em redor dos 17%.

No que concerne ao segmento não residencial, voltar-se-á certamente a assistir a comportamentos muito distintos entre as suas componentes privada e pública, com a primeira a ressentir-se da difícil situação económica que continuará a abater-se sobre o nosso país e a reduzir o seu volume de produção (-14%), enquanto a segunda beneficiará do reforço do investimento público em obras de reparação do edificado e terá condições para expandir a sua produção em torno dos 5%. Ainda assim, em termos globais este segmento da construção deverá sofrer uma nova diminuição da sua produção, com uma quebra que poderá rondar os 7,5%.

No que diz respeito à engenharia civil e dada a intenção expressa pelo Governo de expansão do investimento público em construção, nomeadamente na aposta em projectos em parceria com o sector privado, espera-se uma evolução positiva deste segmento, a qual poderá situar-se em redor dos 3,0 pontos percentuais. De assinalar, a este propósito, que se reforçaram os factores de incerteza sobre o comportamento deste segmento em 2010, nomeadamente os relativos às consequências que uma eventual confirmação das decisões de recusa de visto prévio pelo Tribunal de Contas a diversos contratos de subconcessão de infra-estruturas rodoviárias.

Em resumo, o ano de 2010 poderá vir a revelar-se muito ingrato para o Sector da Construção, admitindo-se que a quebra do nível da produção atinja de novo um valor muito intenso, na ordem dos 6,0%, fortemente penalizada pela perspectiva de evolução muito negativa do segmento residencial.

SECTOR DA CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO

Taxas de crescimento anual em volume (%)

	2008 (E)	2009 (E)	2010 (P)
EDIFÍCIOS	-6,4	-17,4	-12,9
Residenciais	-10,3	-22,0	-17,0
Não Residenciais	0,2	-10,5	-7,5
Particulares	2,6	-17,0	-14,0
Públicos	-5,4	5,5	5,0
Engenharia Civil	3,0	5,0	3,0
VBP DO SECTOR	-3,1	-9,0	-6,0

Fonte: FEPICOP